

1 **Ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos vinte e oito dias de**  
2 **outubro de dois mil e nove.** Estavam presentes os seguintes **CONSELHEIROS TITULARES: I. Usuários: I.1.**  
3 **Movimentos Sociais:** Sr. André Rodrigues Ribeiro, Sr. João Xavier, Sr. Waldomiro Aprile Junior; **I.2. Movimento**  
4 **Popular de Saúde:** Sra. Izabel Pereira de Oliveira, Sra. Leonilda Bravo Cabrera; **I.3. Conselhos Locais de Saúde:**  
5 Sr. Cláudio Trombetta, Sra. Ivone Crescêncio da Silva Mendonça, Sr. José Mendes Juvenal, Sra. Maria Helena  
6 Nogueira, Sra. Maria José Marta da Costa; **I.4. Associação de Pessoas com Deficiência:** Sra. Kátia Maria Fonseca  
7 D. Pinto; **I.5. Movimentos Sindicais:** Sr. Adilson Momente, Sr. Francisco Genésio Lima de Mesquita, Sr. Jadirson  
8 Tadeu Cohen Paranatinga, Sr. Sidney Mendes da Silva; **II. Trabalhadores: II.1. Trabalhadores dos Serviços de**  
9 **Saúde Municipais: a. Rede:** Sra. Francisca Francilete da Silva, Sr. João das Graças Silva; **II.2. Conselhos e**  
10 **Associações de Classe:** Sr. Wander de Oliveira Villalba; **II.3. Associações de Docentes das Universidades:** Sr.  
11 Mauro Antônio Pires D. da S.; **II.4. Entidade de Prestadores de Serviços de Saúde Privados:** Sr. José Augusto de  
12 Souza; **III. Gestores: III.1. Secretaria Municipal de Saúde:** Sra. Maria Cecília Brandt Piovesan, Sr. Pedro  
13 Humberto S. Scavariello, Sr. Salvador Affonso Fernandes Pinheiro; **III.2. Departamento Regional de Saúde VII:**  
14 Sra. Rosaura Correia Leves; **III.3. Hospitais Universitários:** Sr. Edson Bueno, Sra. Luciane Aparecida Alves da  
15 Cunha; **III.4. Prestadores em Serviço em Co-Gestão:** Sr. Eduardo Gaiger Keunecke; e os seguintes  
16 **CONSELHEIROS SUPLENTE:** **I. Usuários: I.1. Movimento Popular de Saúde:** Sra. Soeli Alves Monteiro Gava; **I.2.**  
17 **Conselhos Locais de Saúde:** Sra. Doraci Bonardo de Oliveira Rossi, Sra. Francisca Maria Bezerra Lourenço; **I.4.**  
18 **Associação de Portadores de Patologias:** Sra. Maria Eloíza Salvador; **II. Trabalhadores: II.1. Trabalhadores dos**  
19 **Serviços de Saúde Municipais: a. Hospitais e/ou Prontos-Atendimentos e/ou Prontos-Socorros:** Sra. Neuza  
20 Aparecida Cardoso Carvalho; **II.2. Conselhos e Associações de Classe:** Sr. Hildebrando de Barros Ribeiro; **II.3.**  
21 **Entidade de Prestadores de Serviços de Saúde Privados:** Sra. Tereza Maria Teixeira de Oliveira; **III. Gestores:**  
22 **III.1. Secretaria Municipal de Saúde:** Sr. Edison Martins da Silveira, Sra. Lígia Aparecida Neaime de Almeida,  
23 Sra. Sílvia Aparecida Maria Lutaif Dolci Carmona. O Sr. Pedro Humberto, presidente do CMS iniciou a reunião,  
24 dando as boas vindas aos participantes e às faculdades de Enfermagem. O Sr. José Carlos realizou a leitura das  
25 pautas, sendo **I. Informes, II. Apresentação, discussão e votação do Plano Municipal de Saúde 2010 – 2013,**  
26 **realizada pelo Dr. Savério e pelo Dr. Saraiva, III. Discussão sobre a Peça Orçamentária da Secretaria Municipal**  
27 **de Saúde.** Foram realizados os seguintes informes: nomeação de um conselheiro usuário para o Comitê de  
28 Pesquisa da Irmandade de Misericórdia, candidatando-se a Sra. Kátia Maria Fonseca D. Pinto; convite para o 3º  
29 Simpósio sobre Processo de Enfermagem; carta do CEBES sobre a argumentação a respeito da candidatura do  
30 Sr. Nilson, retirando sua candidatura como conselheiro usuário; reunião extraordinária no dia 04 de novembro.  
31 A Dra. Valéria informou sobre a situação da especialidade da Oftalmologia, como solicitado na reunião do dia  
32 23 de novembro, sendo a implementação de ofertas nos serviços próprios na Policlínica II, ainda em instalação,  
33 e no Complexo Hospitalar Ouro Verde, sendo dobradas as consultas disponibilizadas. Informou sobre a compra  
34 de retinografia fluorescentes e o fechamento de edital sobre a compra de serviços em dois blocos:  
35 atendimento eletivo e ambulatorial e pronto-atendimento vinte e quatro horas. O Sr. Porsani informou sobre a  
36 Marcha para Redução da Jornada de Trabalho, nos dias 10 e 11 de novembro. O Sr. Bruno informou a data da  
37 próxima reunião do CEBES. O Dr. Savério iniciou a apresentação do Plano Municipal de Saúde 2010 – 2013,  
38 apontando os processos de construção do Plano, através dos blocos de financiamentos do SUS. Explicou que  
39 após o Plano, segue-se a construção das Programações Anuais de Saúde. Explicou que o Plano inicia no  
40 segundo ano da gestão do prefeito eleito e estende ao primeiro ano da gestão do próximo eleito. Informou que  
41 a construção do Plano Plurianual é responsabilidade do prefeito. Apontou que o Plano é genérico e as  
42 especificações devem ocorrer nas Programações Anuais de Saúde. Após, o Dr. Saraiva, justificou seu atraso  
43 devido à negociação sobre a retirada dos leitos cirúrgicos da Santa Casa. Apresentou os diagnósticos e eixos da  
44 Saúde em Campinas, norteadores da construção do Plano Municipal de Saúde, entre eles a expectativa de vida  
45 de mulheres e homens e a mortalidade infantil. Apresentou os eixos, sendo eixo I: Atenção Básica, eixo II:  
46 Vigilância em Saúde, eixo III: Atenção Especializada, eixo IV: Atenção Hospitalar e Emergência, eixo V:  
47 Assistência Farmacêutica, eixo VI: Gestão. O Sr. Fábio Forte realizou a apresentação do Plano Plurianual.  
48 Parabenzou a construção do Plano Municipal de Saúde, onde houve uma ampla participação dos distritos.  
49 Explicou que o PPA é um instrumento para o plano de governo, que está na Câmara dos Vereadores para a  
50 discussão. Citou a crise financeira como fator responsável pela diminuição de arrecadação de verbas, não  
51 sendo possível implantar novos programas, sendo a prioridade garantir os programas já existentes. Informou  
52 que grande parte dos recursos é dependente do Ministério da Saúde. Explicou que o município tem, cada vez  
53 mais, arcado com um percentual maior com o financiamento da Saúde e o estado com um percentual menor.  
54 Informou que o Termo Aditivo nº 02/2007 – “Custeio como incentivo para a detecção e tratamento da  
55 tuberculose” não fora executada, dado que a vigência era até o dia 30 de outubro de 2008 e, como o processo

56 de compra ainda não se findaria até aquela data, fora solicitado prorrogação do prazo, que, apesar do aceno da  
57 DRS VII para a prorrogação, não ocorreria, sendo necessário devolver a verba. Sendo assim, o município  
58 responsabilizar-se-á pela compra desses medicamentos. Abertas as inscrições, a Sra. Kátia Fonseca apontou seu  
59 desapontamento com a não citação da saúde do deficiente no Plano Municipal de Saúde. Solicitou ainda que o  
60 Centro de Referência em Reabilitação fosse ampliado. O Sr. Xavier questionou a ação da Vigilância em Saúde e  
61 o esgoto na frente da unidade de saúde. Questionou sobre parcerias com outras secretarias. afirmou que os  
62 recursos destinados ao CMS são insuficientes e citou a estrutura do Conselho Municipal de São José do Rio  
63 Preto. Discorreu sobre o problema da falta de recursos humanos, citando a falta de dentistas no Centro de  
64 Saúde do Parque Oziel. O Sr. Waldomiro questionou a data do concurso público. O Sr. Mendes apontou a  
65 ausência de falas sobre as especialidades e a falta de médicos especialistas. Sobre os convênios, questionou  
66 sobre os não apresentados, como casas de apoio, e a falta de indicadores. Questionou sobre as reformas no  
67 Centro de Saúde do Jardim Santa Mônica. O Sr. Porsani afirmou ser uma vitória o aumento do orçamento,  
68 porém questionou que quando vem mais recursos para a Secretaria Municipal de Saúde acarretará falta em  
69 outras secretarias. Apontou a falta de investimentos em cultura e esportes, fundamentais para o  
70 desenvolvimento da saúde. Reclamou sobre a baixa participação do setor empresarial na discussão sobre  
71 saúde. Referiu não perceber a política da SMS para os próximos quatro anos. A Sra. Maria Helena questionou  
72 as razões pelas quais o CMS não fora convidado para construir o Plano. Questionou a falta de previsão para  
73 recursos humanos. Perguntou o porquê da construção do Centro de Saúde Centro só está previsto para 2012.  
74 Solicitou a inclusão da prevenção da Hepatite no Plano. A Sra. Soeli questionou sobre a construção do Centro  
75 de Saúde do Satélite Íris. afirmou que os módulos de saúde não mudaram, continuando a ser módulos, ao  
76 contrário do que aponta a 7ª Conferência Municipal de Saúde. O Sr. Fábio argumentou que o Brasil é um dos  
77 países em que menos se investe em saúde no mundo. Explicou que o Plano é a priorização das ações, sem  
78 perder a discussão, e que houve uma ação para os deficientes, como o convênio com a ACDC, no valor de R\$  
79 600.000,00 (seiscentos mil reais) por ano para o fornecimento de órteses e próteses, e existe a previsão da  
80 ampliação do Centro de Referência em Reabilitação. Explicou que algumas unidades de saúde devem ser  
81 priorizadas. Sobre a construção do Centro de Saúde do Parque Oziel está como prioridade há dez anos.  
82 Apontou que a SMS perdera verba do Ministério da Saúde devido à irregularidade da área em que seria  
83 construído o CS. Diz que a Prefeitura de Campinas apresenta-se no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal,  
84 sendo que existe um gargalo nas especialidades. afirmou que a SMS subsidia outras secretarias. Sobre as  
85 priorizações, explicou que foram priorizados os distritos mais carentes, com mais vulnerabilidade social e SUS  
86 dependência; sendo que existem alguns recursos de emendas parlamentares e PAC; apontou que foram  
87 iniciadas as obras de dez centros de saúde, sendo o Satélite Íris previsto para 2011. Convidou o CMS para a  
88 audiência pública para a discussão do Orçamento Municipal, na Câmara dos Vereadores, a realizar-se no dia 29  
89 de outubro. O Dr. Saraiva explicou que a reabilitação é uma das prioridades da Secretaria Municipal de Saúde,  
90 afirmou ser lamentável a fala do Sr. Xavier por ser triste existir esgoto a céu aberto no município de Campinas.  
91 Diz que o concurso será realizado em dezembro, porém, existe um problema com o concurso do ano passado,  
92 onde não é possível contratar os profissionais devido à Lei de Responsabilidade Fiscal. Apontou o aumento da  
93 demanda de ortopedia e a construção de um grande ambulatório de especialidades anexo ao Hospital  
94 Municipal Dr. Mário Gatti, onde será anunciada a possibilidade de um parceiro. Caso não haja esta parceria, a  
95 prefeitura deverá construir com meios próprios. Explicou que existe uma equipe na SMS para controle dos  
96 convênios. afirmou que a atenção básica também é prioridade da SMS, sendo que os concursos priorizarão  
97 este eixo. Expôs que as cirurgias da Irmandade de Misericórdia serão transferidas para o Complexo Hospitalar  
98 Ouro Verde. Ressaltou que o Plano Municipal de Saúde prioriza o término dos centros de saúde iniciados e  
99 pactuados na Conferência Municipal. Comparou o número de unidades de saúde por habitantes do município  
100 de São Paulo com Campinas. afirmou a importância dos indicadores para avaliação sobre a gestão. Devido ao  
101 horário avançado, o Sr. José Carlos solicitou a prorrogação da reunião por mais 30 (trinta) minutos, conforme  
102 regimento interno, sendo aprovado pela maioria dos conselheiros, tendo 04 (quatro) votos contrários. A Sra.  
103 Carolina falou sobre a importância da presença de outras secretarias municipais na discussão da saúde, como a  
104 Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social. O Sr. Bruno questionou as prioridades da SMS.  
105 Perguntou como reduzir a mortalidade infantil e reduzir o tempo de internação sem o suporte da atenção  
106 básica. Argumentou que, segundo a Organização Mundial de Saúde, a cobertura da atenção básica em  
107 Campinas é de 38,5% (trinta e oito e meio por cento) e de agentes de saúde é 20% (vinte por cento), enquanto  
108 que a média nacional para estes indicadores é 50% (cinquenta por cento) e 60% (sessenta por cento),  
109 respectivamente. Questionou a ação do Instituto da Saúde da Mulher, sem o amparo da atenção básica,  
110 realizando pré-natal, puericultura e exames papanicolau. Diz que apenas 03 (três) obras apontadas criam novos

111 centros de saúde, sendo as outras obras de centros de saúde que já existem, em locais inapropriados ou  
112 inadequados. Perguntou o real aumento da cobertura da atenção básica. Solicitou esclarecimentos sobre a  
113 construção de 03 (três) novas unidades de pronto-atendimento em Campinas com verbas do Ministério da  
114 Saúde e sobre os parceiros para a construção do ambulatório de especialidades, sendo questionado qual  
115 seriam esses parceiros. Questionou se seria a Faculdade São Leopoldo Mandic, interessada na implantação de  
116 seu curso de Medicina. Afirmou que o estado de São Paulo já forma 3.000 (três mil) médicos por ano, muito  
117 acima do preconizado pela Organização Mundial de Saúde. Falou que o termo “OS” mascara a privatização,  
118 sendo necessário deixar claro se a intenção da SMS é ou não a terceirização. A Sra. Neide perguntou ao Dr.  
119 Savério sobre a participação dos usuários na construção do Plano Municipal de Saúde. Apontou a importância  
120 da participação dos usuários na construção desses planos. Questionou o Dr. Saraiva sobre como poderia ser  
121 mudado o fluxo de atendimento nas unidades básicas. Perguntou se os municípios que utilizarão o Pronto  
122 Atendimento Metropolitano realizarão o repasse de verbas para Campinas. Falou sobre o número elevado de  
123 funcionários comissionados na prefeitura. O Sr. Luiz afirmou que os coordenadores das unidades de saúde  
124 tiveram contato e participação na construção do orçamento. Lembrou que a priorização da construção do  
125 Centro de Saúde do DIC VI fora polêmica. Argumentou sobre a importância da manutenção predial eficiente.  
126 Questionou os gastos com limpeza e segurança. Perguntou sobre a contratação de auxiliares de farmácia. O Sr.  
127 Nilton reclamou do tratamento da Secretaria Municipal de Saúde em relação ao Conselho Municipal de Saúde,  
128 pois não foram discutidos a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento neste conselho, antes de serem  
129 enviados para Câmara dos Vereadores. Lembrou que é dever do Poder Executivo manter as condições para o  
130 bom funcionamento do Conselho Municipal de Saúde. Perguntou as razões pelas quais o Planejamento condiz  
131 com o Orçamento pela primeira vez, em um governo reeleito. Solicitou a inclusão de uma meta clara de  
132 quantas equipes da Saúde da Família deverão ser contratadas ao longo dos anos. Referiu que, segundo  
133 denúncias recebidas, o Centro de Saúde Boa Esperança seria fechado por não possuir condições de  
134 funcionamento. A Sra. Neiri falou que o Plano apontava a construção de prédios, sendo que agora aponta  
135 apenas reformas. Afirmou que o Centro de Saúde Carlos Gomes está em área rural, sendo necessárias  
136 estruturas adequadas. Solicitou o apoio da SMS na pavimentação das vias principais, reduzindo o nível de  
137 poeira, que acarreta em problemas respiratórios. Parabenizou a equipe da unidade de saúde. O Sr. Pedro  
138 lembrou que o Conselho Municipal de Saúde tem a liberdade de continuar a discussão na próxima reunião,  
139 sendo que a discussão já vem sendo realizada nos distritos e nas unidades de saúde. A Sra. Maria Cecília  
140 esclareceu que o momento do Plano Municipal de Saúde à luz da Conferência Municipal de Saúde. Explicou que  
141 o Plano Municipal de Saúde é genérico, uma vez sendo aprovado, será realizado o Planejamento Anual de  
142 Saúde, sendo um processo mais participativo, principalmente nos conselhos locais de saúde. O Dr. Saraiva  
143 apontou alguns pontos que chamam a atenção, em relação ao SUS Campinas, como a importância dos módulos  
144 de saúde como medidas emergenciais para o atendimento em locais de altíssima vulnerabilidade e SUS  
145 dependência, sendo todos estes evoluídos para centros de saúde, criando unidades básicas padrão,  
146 normatizadas pelo Ministério da Saúde. A transformação dos módulos em centros de saúde demanda  
147 investimento em recursos humanos. Reconheceu a deficiência no número de agentes de saúde, porém apontou  
148 que Campinas é um dos três municípios no Brasil que fizeram a transposição dos agentes em servidores  
149 públicos. Em relação ao Programa de Saúde da Família, explicou que o problema de fixação de equipes não é  
150 exclusividade de Campinas. Expos que a União retirou a bolsa de médico da família do município, e não  
151 aumentou as bolsas das faculdades que possuem competência para a residência em saúde da família.  
152 Perguntou se há alguma criança sem acesso a centro de saúde em Campinas. Apontou a dificuldade da criação  
153 de equipes da saúde da família completas, dizendo que existe um estudo do COSEMES com uma universidade  
154 do município sobre a flexibilização da composição desta equipe. Questionou a razão pela qual os médicos das  
155 unidades não realizam exame de próstata nos centros de saúde. Afirmou que os indicadores apresentados  
156 estão disponíveis no Ministério da Saúde, não sendo criados. Esclareceu que a atenção básica é prioridade,  
157 sendo necessária a captação de recursos humanos para qualificar o atendimento. Sobre a abertura de novas  
158 faculdades de Medicina, solicitou a averiguação no Ministério da Educação, sendo que o SUS não fugirá das  
159 suas responsabilidades, como assistência e educação. Falou que todos os profissionais de saúde de Campinas  
160 se formarão usando o SUS. Questionou onde estão tantos médicos que não na assistência pública com salários  
161 superiores à R\$ 7.000,00 (sete mil reais) por mês. Afirmou que a SMS deve apoiar o CMS, onde, há 1 (um) ano  
162 atrás, funcionava em um espaço inadequado. Fora conseguido um espaço adequado, de acordo com o  
163 apontado pelo PAM do CMS, dois secretários e equipamentos eletrônicos para facilitar o funcionamento do  
164 CMS. Afirmou que está em licitação um veículo para o conselho. Perguntou se algum conselheiro ficou  
165 desamparado em congressos, cursos ou eventos. O Sr. Pedro Humberto sugeriu o debate sobre o Plano



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 15º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



166 Municipal de Saúde continuasse na reunião extraordinária, a ser realizada no dia 04 de novembro. Deixou claro  
167 que não são apenas diretrizes e sim prioridades construídas em conjunto com a população. O Sr. Mendes  
168 solicitou questão de ordem perguntando qual a razão do prolongamento da discussão se o Plano já fora  
169 encaminhado à Câmara dos Vereadores. O Sr. Pedro respondeu que ainda é possível participar da construção  
170 do Plano, sendo possível realizar mudanças de acordo com as necessidades. A Sra. Izabel questionou a  
171 continuação da discussão em uma reunião extraordinária. O Sr. Pedro respondeu que, se a discussão  
172 continuasse apenas na ordinária, a ser realizada no dia 25 de novembro, seria tardio para a alteração do  
173 documento na Câmara dos Vereadores. O Sr. Savério explicou que extrapolaria o prazo para entrega do  
174 documento para o Ministério da Saúde. O Sr. Nilton realizou a leitura da carta de explicação dos pontos  
175 apontados sobre sua candidatura enquanto conselheiro usuário feitos pela Comissão Eleitoral, retirando sua  
176 candidatura. O Sr. Pedro enalteceu a participação do CEBES no CMS. Citou o artigo 19 do regimento interno,  
177 onde constam as atribuições de presidente, aprovou o Plano Municipal de Saúde por *ad referendum*, sendo a  
178 votação realizada na próxima reunião extraordinária, no dia 04 de novembro. A Sra. Leonilda questionou a  
179 participação da Comissão Eleitoral nas eleições para os Movimentos Sociais. Encerrou a presente reunião,  
180 agradecendo a participação de todos. Nada mais a ser tratado, eu, José Carlos Bortotto Junior, secretário  
181 executivo do Conselho Municipal de Saúde, lavro a presente ATA, assinando-a com os demais presentes.